

GÊNERO E JORNALISMO: ELAS OCUPARAM AS REDAÇÕES DE CUIABÁ-MT

GENDER AND JOURNALISM: THEY OCCUPIED THE OFFICES OF CUIABÁ-MT

Laís Dias Souza da Costa¹

Endereço Profissional: Universidade Federal de Mato Grosso. Campus Universitário de Cuiabá. Av. Fernando Correa da Costa, 2.367 – Bairro: Boa Esperança.

Cep. 78060-900

Cuiabá - MT, Brasil

Email: laisdscosta@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa analisa as histórias de vida e trabalho de cinco jornalistas que atuam ou atuaram na imprensa de Cuiabá, e reúne história oral, estudos de gênero e feministas. As mulheres se inseriram nas redações e negociaram espaços na profissão, além da função de repórter, a partir das modificações no “fazer” jornalístico que se tornou menos subjetivo (ligado ao “dom” da escrita) e mais técnico (neutralizado pela “objetividade”). As questões de gênero no cotidiano, especialmente durante a apuração de pautas para os jornais, são compartilhadas por meio de relatos autobiográficos com o objetivo de compreender as experiências de jornalistas de três gerações.

Palavras-chave: História oral; Jornalismo; Estudos de gênero.

Abstract: This research analyzes the life and work experiences of five journalists who work or have worked in the press in Cuiabá and brings together oral history, gender studies and feminists. Women were inserted in newsrooms and negotiated spaces in the profession, besides the reporter function, from changes in journalism that has become less subjective (connected to the ability of writing) and more technical (neutralized by the “objectivity”). Gender issues in everyday life, especially during the selection of agendas for newspapers, are shared through autobiographical accounts to understand the experiences of journalists from three generations.

Keywords: Oral history; Journalism; Gender studies.

Há mais de um século, utilizando um periódico com características literárias como instrumento de fala, as mulheres se inseriram na imprensa mato-grossense e tornaram-se visíveis nos expedientes de jornais e revistas de lá para cá. Antes da criação da revista *A Violeta*² e do Grêmio Literário *Júlia Lopes*, em 1916, houve uma publicação que tinha Leonor

¹ Jornalista, mestra e doutora em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. Pesquisa história por meio da imprensa, feminismo, estudos de gênero e a questão Palestina. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa História e Estudos de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso.

² A *Violeta* tornou-se o segundo periódico literário feminino com maior tempo em atividade ininterrupta no Brasil e o principal veículo de divulgação das causas femininas e feministas das mato-grossenses durante o século XX. Além disso,

Galvão como editora do jornal *O Jasmim*. A publicação circulou apenas no ano de 1897, e foi extinta no ano seguinte. É possível saber de sua existência por conta de um anúncio divulgado no jornal *O Estado de Mato Grosso*³, além da repercussão em outros veículos da capital.

Encontrar nomes de mulheres, editoras e jornalistas, nos expedientes ou entre os membros de periódicos mato-grossenses, jornais ou revistas que circularam durante o fim do século XIX, e até a primeira metade do século XX, é mais significativo do que parece. Na década em que *A Violeta* surgiu, o cenário cultural de Cuiabá era formado por diversas agremiações literárias que organizavam saraus e encontros com a finalidade de divulgar a produção dos/as jornalistas e arrecadar fundos para manter os jornais e revistas em circulação.

Trinta anos depois, no ano de 1950, os grupos literários desapareceram com o encerramento das atividades da revista *A Violeta* e do Grêmio Literário *Júlia Lopes*. A aproximação do jornalismo ao cenário literário é uma das características da imprensa brasileira e foi reproduzida em várias cidades brasileiras, como Cuiabá, quando os jornais abrigavam quem tinha “dom” para a escrita. O “dom”, na verdade, variava de acordo com o gênero da pessoa e oportunidades de acesso à educação, afastando-se de uma herança divina e tornando rara a participação de mulheres na imprensa, já que poucas eram alfabetizadas ou instruídas para além das primeiras letras, com exceção das normalistas.

Os/as jornalistas que se profissionalizaram e adotaram a atividade como principal fonte de renda se organizaram em um novo cenário, a partir da regulamentação da atividade, em 1969⁴, quando o caráter colaborativo se tornou quase escasso. Destaca-se algumas mudanças, incluindo a exigência do diploma e carga horária semanal definida por lei, mas raramente cumprida. Nesse período, as mulheres se inseriram nas redações e negociaram espaços na profissão, além da função de repórter, a partir das modificações no “fazer” jornalístico que se tornou menos subjetivo (ligado ao “dom” da escrita) e mais técnico (neutralizado pela “objetividade”).

Esta pesquisa analisa as experiências de jornalistas que atuaram na imprensa de Cuiabá, nos jornais de circulação diária, entre eles, *O Estado de Mato Grosso*, *Diário de Cuiabá* e *A Gazeta*, e ainda no Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso. O *corpus* documental é composto por relatos autobiográficos colhidos por mim. Justifica-se a

configurou-se como um dos periódicos mais profícuos e relevantes produzidos em Mato Grosso, até a sua extinção, em 1950, aproximadamente, após 34 anos em circulação.

³ O jornal tinha periodicidade quinzenal e não esteve atrelado a nenhum grupo literário, como no caso da revista *A Violeta*.

⁴ O Decreto-Lei 972, de 17 de outubro de 1969 tornou obrigatório o diploma de graduação em Comunicação Social – Jornalismo para exercer a profissão, no Brasil.

realização deste trabalho pela inexistência de uma abordagem específica sobre o exercício profissional de jornalistas, em especial das mulheres que atuaram na imprensa de Cuiabá e no sindicalismo da categoria durante a segunda metade do século XX e início do século XXI, cujas experiências foram relegadas aos bastidores, expedientes dos jornais e às memórias dos colegas.

Ana Angélica (Keka) Werneck, Bruna Pinheiro, Íris Capilé de Oliveira, Maria Santíssima de Lima⁵ e Regina Deliberai compartilharam seus testemunhos neste trabalho, em entrevistas realizadas a partir do método denominado história oral que se alimenta das histórias de vida, memórias individuais e coletivas e configura-se como uma alternativa para compreender os sujeitos e suas experiências. Os “acontecimentos vividos pessoalmente”, como define Michel Pollak⁶, e os vividos “por tabela” foram socializados pelas jornalistas que participaram da modernização da profissão, da automatização das impressoras que facilitou e deu agilidade para a impressão dos jornais, da criação do curso de Comunicação Social, na UFMT, e, finalmente, do surgimento da internet e inserção da notícia no ambiente virtual.

Alessandro Portelli afirma que as “[...] fontes históricas orais são fontes *narrativas*”⁷ e permitem a interpretação dos materiais obtidos nas entrevistas por meio de categorias desenvolvidas, originalmente, na área literária e emprestadas para a história oral, entre elas, a “distância” ou “perspectiva” do narrador em relação aos fatos narrados. A “subjetividade” dos oradores é apontada pelo literato como elemento único e precioso deste método e ele afirma que as entrevistas “[...] sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas”⁸.

A historiadora Verena Alberti, outra referência utilizada neste trabalho, diz que a história oral é “[...] terreno das diferentes versões e da subjetividade por excelência”, e afirma que as representações externadas durante as entrevistas “[...] devem ser tomadas como fatos, e não como ‘construções’ desprovidas de relação com a realidade”.

Confundir a entrevista de história oral com obra de ficção é fechar os olhos àquilo que a entrevista efetivamente documenta. E se afirmo que ela não é ficção, isso não quer dizer que eu negue sua força narrativa, que pode ser imensa.⁹

⁵ Santíssima faleceu no dia onze de abril de 2017, em Cuiabá, aos 55 anos de idade, em decorrência de um câncer de laringe. Ela concedeu a entrevista para esta pesquisa no dia 1º de novembro de 2016 e compartilhou suas experiências de vida e trabalho, algumas descritas nesta pesquisa. Seu falecimento precoce e repentino causou comoção entre os/as colegas que lembraram de sua simpatia e prestatividade no dia a dia.

⁶ POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Vol. 2, número 3, p.3-15. Rio de Janeiro: 1989.

⁷ PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. In: Projeto História, número 14. São Paulo: fevereiro de 1997, p. 29.

⁸ PORTELLI, Alessandro. Op. cit, p. 31.

⁹ ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 10.

Para a historiadora Joana Maria Pedro: “Diferente do depoimento escrito seja na forma de diário, carta, relato, biografia, autobiografia a história oral, para o bem e para o mal, traz a memória em clima de tensão. O ambiente, a relação com a pessoa que entrevista, o momento da narração, tudo isso interfere no que é dito”¹⁰. Para Pedro, outras interferências são definitivas durante a realização da entrevista e determinam o que será contado, incluindo o ambiente, o local do encontro e a pessoa ou pessoas que farão a entrevista. Nela, há mais tensão e espontaneidade, de acordo com a historiadora, “[...] o momento, o impulso traz o que é lembrado, em função do ambiente, do tempo e das perguntas que são feitas”¹¹.

Assim como na pesquisa feita por Joana M. Pedro e sua equipe sobre mulheres militantes que viveram na clandestinidade, nas décadas de 1970 e 1980, também considero o uso da metodologia história oral “incontornável” neste caso. Ao escolher a história oral, “[...] não é somente uma questão de preencher lacunas. A relação que se estabelece entre entrevistador/a e entrevistado/a, as perguntas feitas e, em alguns casos, a maneira como a pessoa elabora a narrativa nos mostram muito mais do que um texto escrito [...]”¹².

As protagonistas

Mais de quarenta anos separam Bruna Pinheiro, formada em Jornalismo na UFMT, em 2012, após a desregulamentação da profissão pelo Superior Tribunal de Justiça (STF), feita em 2009, de Íris Capilé. Com mais de 30 anos na profissão, ao assumir o *Diário de Cuiabá*, Íris se insere no jornalismo como a primeira mulher diretora de um veículo comercial com circulação diária, em Mato Grosso, e apresenta as características da imprensa, no fim da década de 1960. Regina Deliberai, Maria Santíssima e Keka Werneck vieram de “fora”, as duas primeiras na década de 1980, e Keka na seguinte, todas recém-graduadas em Jornalismo. As três participaram do Sindicato da categoria durante várias gestões.

Anunciada pelo título, a “ocupação” das redações por mulheres diz respeito sobre as convivências de gênero no cotidiano e suas inequidades. É preciso considerar a assimetria das condições de trabalho, as práticas e representações no jornalismo, levando em conta o

¹⁰ PEDRO, Joana Maria. Viver o gênero na clandestinidade. In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Organizadora). *História oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos*. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 34.

¹¹ *Ibidem*, p. 42.

¹² *Ibidem*, p. 42.

gênero, o sexo social, como preconizaram Elizabeth Souza-Lobo¹³, Helena Hirata¹⁴ e Daniela Kegoat. De que maneira o gênero altera a abordagem de um assunto em uma notícia ou reportagem? Quais conflitos seriam desencadeados com a percepção da segregação no ambiente de trabalho? Como o gênero faz sentido na formação da identidade profissional? Essas questões foram levadas em consideração na elaboração do roteiro com perguntas destinadas às jornalistas.

“O reconhecimento de si como protagonista, como personagem histórico, é atravessado por relações de gênero”¹⁵, de acordo com Joana Maria Pedro. Joan Scott diz que o gênero é “[...] um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana”¹⁶. Inseridas em diversas esferas de poder¹⁷, as práticas e relações experienciadas pelas mulheres jornalistas nos cargos de direção da federação e do sindicato mato-grossense, nas redações de jornais e nas assessorias são partes constituintes de cada uma delas, enquanto “sujeitos”.

Nesta parte, os depoimentos das mulheres revelam aspectos de suas experiências que ficaram submersos até o momento da entrevista. Para algumas delas, as relações de gênero nas redações não eram questões percebidas no cotidiano, até a provocação feita por mim durante o encontro. Alguns fatos foram surgindo durante a entrevista e serão descritos a seguir.

As trajetórias

Regina e Keka que atuaram na direção do sindicato como presidentas, rememoraram fatos que não foram registrados na “história oficial”, mas fizeram parte do cotidiano e vibram em seus corpos e memórias até hoje. Em comum entre as duas, as “opiniões” externadas por outros jornalistas sobre suas trajetórias, nos âmbitos pessoais e profissionais. A atuação no sindicato, na redação como jornalista e a experiência de ser mãe, ao mesmo tempo, são destacadas por Regina.

¹³ SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

¹⁴ HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. *A Classe Operaria Tem Dois Sexos*. Revista *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 95, jan. 1994.

¹⁵ PEDRO, Joana Maria. Op. cit, 2017, p. 51.

¹⁶ SCOTT, Joan W. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press. 1989. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, gentilmente autorizada por Joan W. Scott, p. 23. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf.

¹⁷ Para Joan Scott, é preciso “[...] substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por alguma coisa que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais constituídas pelo discurso nos “campos de forças”. In: SCOTT, Joan W. Op. cit, 1989, p. 20.

Eu não dou bola para o que estão falando. Eu vou no alvo, então, eu acho que teve muita falação, muita, muita. Algumas coisas eu fiquei sabendo, assim, no decorrer da história. Coisas pessoais porque, em 89, eu era uma pessoa recém-casada. Eu casei em 86. Início de 86, em 87 tive uma filha, em 90 eu tive meu segundo filho. Em 89 assumi o sindicato. E despontei, assim, porque o sindicato despontou. Não é uma coisa... quando falo na primeira pessoa, mas o sindicato proporcionou isso. O grupo era muito forte e me encorajava a fazer as coisas. “Vamos”! E se encorajava também.¹⁸

Alguns comentários levaram em conta a “condição” feminina e estereótipos comumente atribuídos às mulheres que chegam a esferas de comando.

Um boato: “Regina fez tudo isso porque ela é mulher e se relaciona com fulano”. Na baixaria. Aí, eu olhei para aquilo. Claro que fere na hora. A primeira ferida é, assim: “essa pessoa pensa isso? É verdade que ela pensa isso?”. A decepção com aquela pessoa por pensar isso de qualquer mulher bem-sucedida em alguma coisa. Eu era bem-sucedida em quê? No que eu fazia junto com as outras pessoas. Não tinha nada de especial nisso. Não tinha nenhum segredo nisso. “Além dela pensar isso, ainda tem coragem de falar?”. E depois, claro, a meu respeito. Poxa vida, era muito trabalho.¹⁹

Para ela, no entanto, a preocupação com a opinião alheia fazia sentido apenas quando se tratava do seu rendimento enquanto jornalista e repórter, já que não ficou atuando exclusivamente no sindicato durante os mandatos dos quais participou, nem quando esteve na diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), entre 1995 e 1998, sediada em Brasília (DF).

Essa coisa da redação sempre andou junto porque eu sempre trabalhei muito fora do sindicato. Porque eu não queria, aí, sim, preocupada com que os outros vão falar com a percepção do outro, não com o comentário do outro, porque o comentário do outro você não controla. Então, fazer o quê? Mas, assim, “que líder sindical eu queria ser?”. Já que nós não negociamos a disponibilidade que a gente tentou no primeiro mandato e depois não foi para frente, eu não queria ser uma jornalista fraca na redação porque eu me dedicava ao sindicato. Fraca de todas maneiras, não queria ser. Nem indisciplinada, negligente com texto, com produção, com posicionamento político.²⁰

Keka Werneck esteve na presidência do Sindjor-MT durante dois mandatos: de 2007 a 2009, e de 2010 a 2012. Ela relembrou aspectos da experiência como sindicalista e os “juízos de valor” a seu respeito, por parte de alguns colegas jornalistas.

¹⁸ Entrevista concedida por Regina Deliberai no dia 17 de outubro de 2016.

¹⁹ Entrevista concedida por Regina Deliberai no dia 17 de outubro de 2016.

²⁰ Entrevista concedida por Regina Deliberai no dia 17 de outubro de 2016.

Quando eu estava no sindicato, eu não estava em redação. Eu trabalhava na Adufmat. Mas quando eu entrei estava na *Folha do Estado*. Eu pedi demissão e fui para a Adufmat. [...] As pessoas têm muito medo. De ir no sindicato, participar, porque é associado com a sua figura, e muitos colegas que têm aversão a sindicato transferiram isso para a minha pessoa. Nesse período, eu me senti muito exposta em alguns momentos, em alguns lugares e fazem juízo de valor, além do que na normalidade fazem. Normalmente as pessoas têm uma ideia de quem a gente é, mas na época do sindicato, cria-se, em cima das pessoas que estão em determinadas posições no poder, digamos assim, uma ideia do que elas são, do que elas pensam, até supra real. Então, tinha gente que eu nem sabia quem era e só ouvia falar que tinha falado mal de mim. Que sabia como eu era, que sabia não sei o quê... Sabia o que eu defendia. E, às vezes, era real, e às vezes, era uma coisa que simplesmente não procedia. Eu ficava assim: “gente, pirou, tem nada a ver isso aí”.²¹

Para Keka e Regina, a inferiorização das mulheres era materializada por meio de um discurso que desconsiderava a capacidade intelectual, de ação político-partidária e vinculava as conquistas das jornalistas a questões sexuais e de dependência de um representante do sexo masculino para referendar o fato.

Muitas vezes eu ouvi: “fulana entrou aqui porque tem um caso com fulano”. “A fulana é apresentadora porque namora o beltrano aqui dentro.” “Ela assumiu tal vaga porque é caso do beltrano aqui dentro.” “Fulana tem um filho com beltrano, então ela trabalha aqui.” [...] E você não ouve isso em relação aos homens. Você não ouve: “Ah, o menino está trabalhando aqui porque ele namora a editora tal”. Nunca ouvi isso de homem como de mulher tem essa coisa.²²

É incomum jornalistas serem entrevistados/as, mais raro ainda quando o tema é o próprio sujeito e suas experiências. Além disso, é fundamental considerar o espaço temporal entre o momento da entrevista, realizada no dia 4 de outubro de 2016, no caso de Keka, e o período no qual os fatos aconteceram.²³ Para Keka, por exemplo, ao fazer uma avaliação no fim da entrevista:

Esse tipo de serviço que você está falando você precisa conversar um pouco para essas coisas irem fluindo porque no dia a dia a gente não pensa sobre isso, a gente vai tocando. De vez em quando acontece alguma coisa

²¹ Entrevista concedida por Ana Angélica (Keka) Werneck no dia 4 de outubro de 2016.

²² Entrevista concedida por Ana Angélica (Keka) Werneck no dia 4 de outubro de 2016.

²³ Alessandro Portelli ressalta o caráter subjetivo da memória que pode ser modificada com o tempo. Em sua pesquisa sobre o massacre da ocorrido na Civitella Val di Chiana, ele destaca: “Na verdade, o luto, como a memória, não é um núcleo compacto e impenetrável para o pensamento e a linguagem, mas um processo moldado (‘elaborado’) no tempo histórico”. Ao/a pesquisador/a, cabe “[...] cabe interpretar criticamente todos os documento e narrativas”. PORTELLI, Alessandro. O Massacre da Civitella Val di Chiana. In: *Usos & abusos da história oral*. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 109 e 106, respectivamente.

discrepante e você percebe, mas, no geral, são muito camufladas essas diferenças. É mulherada preocupada com filharada em casa, não tem tempo para filho, não tem tempo para marido, para família, para mãe, pai... Muita correria, muito estresse... Eu acho que no mundo masculino é mais fácil, né? O mundo por ser masculino, ele cobra do homem certas coisas e cobra bem mais da mulher. A vida da mulher é mais difícil de um modo geral. A vida da mulher é mais custosa. Ela tem que se superar muitas vezes para ficar igual a um homem, na visão que se tem hoje. Ela tem que se sobressair mesmo.²⁴

A partir da fala de Keka identifica-se a percepção da existência de um “padrão universal masculino” nas relações sociais. É possível localizar essa prática discursiva desde o fim do século XIX e início do XX, a partir da atuação de mulheres no feminismo chamado de “primeira onda”. De acordo com Joana Maria Pedro, as feministas estavam dedicadas à “[...] reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita –, nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança”²⁵. As mulheres que podem ser associadas a essa onda igualavam (e ainda igualam) individualidade e masculinidade: a luta pela igualdade tomava como referência o masculino, ser igual era ser como um homem.²⁶

Essa maneira de atuar também é destacada por Keka, a partir de um exemplo de autorrepresentação que endossava o masculino.

Tem algumas mulheres que fazem, inclusive, no jornalismo isso, adotam uma postura masculina. Essa primeira editora da *Folha do Estado* que eu tive ia trabalhar de terno. Terno é uma roupa que qualquer pessoa pode usar, mas no ambiente de trabalho ela carrega muito significado. Eu achava engraçado porque, na época, ainda não tinha nem essa discussão toda de liberdade. E ela ia de terno. Eu acredito que ela ia para impor aquele respeito. Quando você vai trabalhar numa Assembleia, num espaço de poder... Agora, eu acho que isso está melhorando em geral, dentro e fora de qualquer lugar, na sociedade.²⁷

Para Judith Butler, as experiências do gênero são inscritas sobre as superfícies dos corpos e podem ser reformuladas para além da identificação primária, dos “[...] significados originais atribuídos aos gêneros”²⁸. No entanto, a identidade de gênero atribuída ao corpo “original” pode ser utilizada como instrumento ou tática, a exemplo de uma situação vivida por Regina durante o período que atuou como sindicalista.

²⁴ Entrevista concedida por Ana Angélica (Keka) Werneck no dia 4 de outubro de 2016.

²⁵ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: *História*, São Paulo, v.24, n.1, p. 77-98, 2005, p. 79.

²⁶ Ver mais em: Scott, Joan W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos dos homens*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002, p. 29.

²⁷ Entrevista concedida por Ana Angélica (Keka) Werneck no dia 4 de outubro de 2016.

²⁸ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 237.

Mas outras coisas eu tirava vantagem disso, né? Por exemplo, estou lá esperando para entrar na TV²⁹ quando era ali na (Avenida) Mato Grosso, e eu ouvi, eu estava na sala de espera, eu ouvi que não iam me deixar entrar. Eu estava esperando a recepcionista, levantei e botei o pé na porta, e entrei. Porque eu sabia que ninguém ia fazer contra. Por eu ser mulher, aquela coisa... E na hora eu pensei, assim: “poxa, eu não vou voltar sem falar com a redação”. E isso já era 1995. O que eu gostaria que um líder sindical fizesse? Eu gostaria que ele entrasse. Levantei e entrei. Coisas assim que eu chamo não ter noção. Estava sozinha naquele momento, naquele dia.³⁰

Após o afastamento do sindicalismo, em 2001, Regina passou a se dedicar exclusivamente a assessoria de comunicação e criou uma empresa. Ela relembra outra fase de opiniões sobre sua vida pessoal e profissional e destaca uma característica típica da “imprensa do interior”.

Quando eu deixei o movimento sindical e fui abrir uma empresa, foi outro momento desse falatório. “Como assim, ela vai estar do outro lado agora como empresária. O que vai ser? Agora vocês vão ver quem é”. Outra experiência do que é ser empresária nesta condição. De não ter família em Mato Grosso. De não ter sobrenome em Mato Grosso, e de não querer trair a sua própria história.³¹

Íris Capilé, enquanto jornalista e empresária, apresenta um aspecto diferente do que foi vivenciado por Regina na direção do jornal *Diário de Cuiabá*.

Eu sei que os funcionários sempre foram muito educados, nunca tive problema com funcionário. As pessoas com quem eu lidava, todas as pessoas, eu não sei se era porque eu era diretora do jornal ou por que eles achavam que eu merecia estar naquele lugar e eles tinham que me respeitar por isso. Eu não senti, realmente, se senti, senti a meu favor, porque eles eram todos mais brandos comigo do que seriam com um homem.³²

Questionadas sobre predileção de pautas por conta do gênero, idade, tempo de experiência em redação, Santíssima lembrou:

Algumas coisas que eu acho que todas as mulheres passam de vez em quando são aquelas brincadeirinhas sem graça, assim, mas não no ambiente de trabalho. Com pessoas fora do ambiente de trabalho... conversar, entrevistar, mas nada que me inibisse que eu não passasse por cima. Não registrei nada dessas dificuldades, assim, não tive na real...³³

²⁹ Optei por omitir o nome emissora de televisão.

³⁰ Entrevista concedida por Regina Deliberai no dia 17 de outubro de 2016.

³¹ Entrevista concedida por Regina Deliberai no dia 17 de outubro de 2016.

³² Entrevista concedida por Íris Capilé de Oliveira no dia 6 de outubro de 2016.

³³ Entrevista concedida por Maria Santíssima de Lima no dia 1º de novembro de 2016.

Keka Werneck e Bruna Pinheiro tiveram vários pontos convergentes ao responderem essa questão, especialmente sobre a escolha de repórteres homens, ao invés de mulheres, para cobrir pautas em cidades do interior de Mato Grosso. Elas também relembram a diferenciação de pautas destinadas às mulheres gestantes ou mães. Com exceção de Bruna, Íris, Regina, Santíssima e Keka têm em comum a vivência da maternidade. Ao falar sobre as relações de gênero na redação, Keka também compartilhou sua experiência atuando como repórter durante sua primeira gestação.

[...] Por ser mulher, eu já vi acontecer de ter que viajar para o interior. E essa ideia de “para cá é violento” e ter alguma complicação para a mulher, entendimento da editoria. Já vi acontecer. Já vi também, quando a mulher está grávida. Quando eu estava grávida, [...] meu editor foi compreensivo com a minha situação que eu tenho gravidez de risco. Ele me deixou fazer pautas na redação, ao invés de ir apurar externa, do quinto mês para frente. Eu parei de sair depois de uma pauta no Cinturão Verde, no Pedra 90, periferia daqui de Cuiabá, uma área meio rural. O carro trepidou muito e eu fiquei com muita dor na base da barriga, uma cólica. Aí eu conversei com ele e ele entendeu. Tive essa chance de estar lidando com uma pessoa que compreendeu a situação.³⁴

A “compreensão” do editor dizia respeito, na verdade, a garantias requeridas, atualmente, entre as cláusulas de trabalho dos acordos coletivos realizados entre os sindicatos e as empresas de comunicação que determinam a flexibilização de horário para as jornalistas gestantes e estabilidade provisória durante a gestação e após o fim da licença-maternidade. São questões que passaram a fazer parte da militância sindical no século XX, já que até a década de 1990 as pautas prioritárias eram “universais”, como visto anteriormente.

Por ser solteira e, na época, a mais jovem na reportagem do jornal *A Gazeta*, Bruna compartilha uma vivência numa pauta que deveria ser “exclusivamente” masculina. E apresenta suas percepções de situações experienciadas por outras colegas, no caso da maternidade.

É, teve uma que ficou grávida e depois de um tempo teve essa, “ah, dó”, de a fulana não pode fazer tal pauta; sei lá, de crimes, de viagens, não pode mais sair para rua por estar grávida, tinha um pouco isso. Tinha a repórter que era mãe: “ah, mas a fulana não vai poder porque tem os filhos. Quem vai ficar com os filhos dela se ela tiver que ficar à noite? Se ela tiver que viajar? Não pode”. Então, quando eram, principalmente, pautas de viagem, a prioridade era o repórter homem, depois vinha eu que era mulher, solteira, mais nova. Não daria nenhum tipo de problema se fosse uma pauta mais masculina. Por exemplo, uma vez, fui cobrir o teste *drive* de um carro recém-lançado. Só

³⁴ Entrevista concedida por Ana Angélica (Keka) Werneck no dia 4 de outubro de 2016.

tinha eu de jornalista mulher. E aí, quando eu cheguei lá, eu entendi por que as pessoas estavam tão preocupadas, porque entre os jornalistas homens, realmente, eu era meio que: “o que é que você está fazendo aqui?”. Ainda mais porque eu era a mais nova, se fosse um jornalista mais velho fazendo pauta de carro... eu, realmente, não era para estar ali. Eu percebi essa diferença no tratamento deles na pauta.³⁵

Recém-formada, Bruna foi contratada pelo jornal, em 2013, após um período de estágio, e passou a atuar na editoria de Cidades, considerada a “escola do jornalismo” por cobrir temas diversos, inclusive pautas policiais.

[...] Às vezes tinha entrevistado que achava que ele não podia falar certas coisas para mulher, ela não ia poder ouvir, ia ficar envergonhada. Delegado que acha que você é muito frágil, sofrida, que você não pode ouvir história, sei lá, de algum estupro porque você é mulher. Às vezes você vê assim, em delegacia mais ainda, eu cobria polícia às vezes, tem um tratamento diferenciado dos policiais, dos delegados, com os jornalistas homens quando eles vão dar coletiva sobre algum caso e as mulheres. Quando a gente vai perguntar alguma coisa eles meio que ficam infantilizando: “Sabe, é assim, e tal, mas acontece!”, e com os caras não, eles conversam assim tipo *brother*. Por mais que você se imponha e pergunte como jornalista, eles sempre infantilizam: “Mas é o quê? Qual que é a história?” Isso é fato, a gente percebe de cara. Quando você entra em algum lugar e, mais de polícia mesmo, porque também o sistema, o militarismo, né? O sistema corporativo deles é bem mais machista do que os outros, mas, era nítida essa diferenciação de atendimento com a gente.³⁶

Os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres ficam evidentes a partir da percepção de Bruna na pauta policial quando os homens são considerados “aptos” a tratarem de temas “masculinos”, e as mulheres deveriam se abster de alguns assuntos, reiterando um discursivo sobre uma “essência feminina” ligada à sensibilidade.³⁷

Keka também reitera a singularidade da pauta policial no cotidiano da redação, em relação ao gênero.

Ah, uma coisa muito interessante que eu lembrei aqui agora. Há uma brincadeira nas editorias que é assim, uma brincadeira que tem um fundo de verdade muito perigoso: “vai lá na polícia [...] e joga o seu charme”. Não é falado para homem. [...] Uma vez estava eu e uma outra jornalista. A jornalista começou a se insinuar tanto para o policial, e ele correspondeu àquilo. Eu fiquei como se fosse uma vela apurando a matéria. Quando saí fiquei pensando se tinha ficado irritada porque eu estava me sentindo feia

³⁵ Entrevista concedida por Bruna Pinheiro no dia 1º de novembro de 2016.

³⁶ Entrevista concedida por Bruna Pinheiro no dia 1º de novembro de 2016.

³⁷ A historiadora Rosimeri Moreira discutiu em sua dissertação de mestrado, publicado no formato de livro com o título “Entre o mito e a modernidade: a entrada de mulheres na Polícia Militar do Paraná”, a inserção de mulheres num espaço até então exclusivo de homens. A historiadora desenvolveu a pesquisa unindo as questões de gênero à temática policial, analisando as representações construídas sobre a “mulher policial” no Paraná. Ver mais em: MOREIRA, Rosimeri. *Entre o mito e a modernidade: a entrada de mulheres na Polícia Militar do Paraná*. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2016.

com aquilo. Por que tinha me irritado tanto? Fiquei tentando elaborar o que tinha acontecido, mas eu cheguei a conclusão de que ali não é ambiente para aquilo. Eu não ia me colocar numa disputa nem se estivesse interessada no cara. Eu me lembro que eu não me interessei pelo cara, mas eu tive aquela... entendeu? E [...] a menina ficou lá na sala com ele, e eu saí (chateada) porque “ela vai trazer alguma informação que eu não consegui”. [...] Lembrei disso agora porque o gênero está influenciando no seu comportamento como jornalista.³⁸

O gênero também se relaciona aos critérios estabelecidos na atuação do/a jornalista que constrói narrativas diariamente. Fica evidente, a partir desta fala, o caráter não-neutro da apuração jornalística, tornando necessário e fundamental considerar esse aspecto na produção midiática. Importante salientar a reflexão crítica feita por Keka durante a entrevista que percebeu como o gênero funciona no cotidiano do fazer jornalístico.

Para Keka,

[...] A mulher tem toda condição de exercer sua sexualidade como ela achar melhor, o que compreender como identidade de gênero como ela achar melhor, mas ela não pode mais, na minha opinião, é muito perigoso isso, já aconteceu muito, a mulher já sofreu historicamente com machismo, mas acho muito perigoso ela insistir no charme, no molejo de voz, para se posicionar no ambiente de trabalho. Ela só é diferente nas suas maiores dificuldades que é a mãe jornalista, a esposa jornalista, ou a parceira/companheira jornalista, numa relação de mulher com mulher, que eu não sei muito bem. A não ser que tenha alguém na relação que reproduz o comportamento masculino, ela vai chegar em casa e vai ter uma terceira jornada. Ela não vai ter aquela colaboração. Então, a mulher jornalista tem muitas dificuldades para tocar sua profissão quando tem filho pequeno. Você vai observar que muitas nem filho tem, ou vai ter filho quase com 40 anos. Demora bastante para tomar essa decisão porque sabe que a notícia não tem hora, sabe que você não vai sair certinho de redação. Então, tudo isso vai influenciando.³⁹

As questões de subordinação e dominação no âmbito doméstico são mais um aspecto no dia a dia das jornalistas. Sobre o assunto, a pesquisadora Paula Viviane Chies ressalta a construção social da mulher como dona de casa. Para ela, “[...] é uma identidade rigidamente imposta pela cultura brasileira, mas a deturpação da realidade está justamente em se pensar que essa identidade é natural, ou seja, o espaço doméstico pertence ‘naturalmente’ à mulher”.⁴⁰

³⁸ Entrevista concedida por Ana Angélica (Keka) Werneck no dia 4 de outubro de 2016.

³⁹ Entrevista concedida por Ana Angélica (Keka) Werneck no dia 4 de outubro de 2016.

⁴⁰ CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto/2010, p. 511.

Ainda no âmbito da redação, Bruna destaca os diálogos reproduzidos quando o/a repórter alcança o objetivo de todo jornalista que atua na imprensa: estampar uma reportagem ou notícia na capa do jornal.

[...] O que mais me irritava e me irrita até hoje no jornalismo é quando uma mulher mancheta, se é um caso exclusivo: “Como é que ela fez para conseguir essa fonte? Para quem será que ela deu, gente?”, ou se é tipo uma repórter que acabou de entrar e na primeira semana mancheteou: “Ela está dando pro editor, com certeza!”, mas o jornalista não: “Nossa, ele é foda, né? Escreve pra caralho! Ele é muito bom!”. Mas, a mulher, não, para alguns, *o texto dela só está bom porque alguém deu alguma coisa para ela, deu uma informação que só ela teve, ela não conseguiu a informação, deram para ela*. Isso me irritava, me irrita até hoje, porque assim, que a gente sempre ouve: “Ah, fulana de tal, está fazendo a matéria tal!”; quando é uma jornalista que acompanha muito o caso: “Hum, se ela está acompanhando tá pegando um informante, está pegando o delegado, por isso que ela está acompanhando muito essa história, não é possível!”. Inclusive na época em que tinha o outro repórter, que era o único homem, acontecia sempre assim, quando ele mancheteava, no outro dia eram aplausos: “Como tinha sido maravilhoso! Que era uma matéria incrível!”. E aí, sabe o que acontece, eu parava para pensar e falava: “Se primeiro de tudo, ele não fez mais que obrigação como jornalista, ponto, que é ir atrás de coisas novas, *nananam*, que é acompanhar casos, segundo, é o papel dele, gente! Ele está ali para fazer isso!”. Aí, quando era uma mulher, no outro dia quando tinha reunião de pauta, inclusive entre as mulheres, acontecia isso: “Nossa, fulana, mas como é que você conseguiu essa informação? Quem te passou isso? Ah, por isso que você estava com uma saia ontem, né? Mais curta!”. Falo: “Gente, acho que não, mas, enfim!”.⁴¹

Novamente, as conquistas e inserções em posições de destaque passam a ser relacionadas ao fatalismo, inferiorização e sexualização, aspectos impregnados nas representações das mulheres.

Sobre as mulheres em cargos de chefia, Keka refletiu sobre o “poder” e as relações percebidas por ela na redação.

Não sei, cheguei à conclusão de que no jornalismo as mulheres são bem poderosas. Não sei se é porque é um curso que atrai mais mulheres mesmo, e nós somos muitas. Os homens do jornalismo eles têm um poder mesmo sendo poucos. Nunca parei para pensar nisso assim com essa... por isso que eu estou demorando. Parece que eles são... mais respeitados mesmo quando em cargo de repórter, por exemplo, que é o chão de fábrica do jornal, eles costumam se posicionar como se estivessem no poder mesmo. Embora ressalte que tem, sim, muitas mulheres na chefia no jornalismo. Eu quase não vejo no jornalismo mulheres negras. Isso aí são poucas. Ainda hoje são bem poucas.⁴²

⁴¹ Entrevista concedida por Bruna Pinheiro no dia 1º de novembro de 2016. Os grifos são meus.

⁴² Entrevista concedida por Ana Angélica (Keka) Werneck no dia 4 de outubro de 2016.

Bruna é a única que se identifica como negra, dentre as pessoas que participaram desta pesquisa. Durante a entrevista, questionei-a se nas apurações das pautas no período em que foi repórter havia se sentido discriminada por ser mulher e negra.

Ah, sim, sim, várias vezes! Acontecia principalmente em lugares que requerem uma formalidade maior. Mas acontecia muito de eu chegar, sentar para esperar a entrevista e aí eu falar que eu era jornalista, a secretária me olhar de cima abaixo assim, e perguntar: “É você mesmo? Não sei...”, meio que duvidando. Nesse caso eu tinha que me impor mais. Eu nunca tive nenhum caso no jornalismo, explícito, nunca um entrevistado se recusou a falar comigo, ou qualquer outro tipo de coisa que na vida pessoal já aconteceu. Mas, às vezes, a gente percebe um... até sendo de Cuiabá, inclusive, com entrevistados negros. A gente sente uma certa diferenciação, mas eu tenho mais casos bons do que ruins. Nunca tive nenhum preconceito visível, tem o preconceito, eu sendo negra, né? Eu percebo. Nunca ocorreu nada agressivo, nunca caiu uma pauta por esse motivo.⁴³

Apesar de não ter perdido nenhuma pauta, Bruna tem consciência do racismo estrutural que se reflete no olhar ou mesmo na entonação da voz e questionamentos exclusivos para pessoas com certa aparência ou cor de pele. Em 2012, a Fenaj realizou uma pesquisa, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com o objetivo de desvendar o “perfil do jornalista brasileiro” com dados informados espontaneamente pelos/as profissionais, por meio de uma enquête disponibilizada na internet. Entre os dados apresentados no livro estão as características demográficas dos/as jornalistas que participaram da pesquisa, 2.731, no total. Desse total, 63,7% são mulheres. A faixa etária dos/as jornalistas participantes foi a seguinte:

Têm até 30 anos 59% dos jornalistas (11% na faixa entre 18 e 22 anos e 48% na faixa entre 23 e 30). Têm entre 31 e 40 anos 21,9% dos profissionais. Os percentuais decrescem significativamente nas faixas de idade mais elevada: são 11,1% entre 41 e 50 anos; 7,6% entre 51 e 64 anos; e apenas 0,4% acima de 64 anos.⁴⁴

Se o aspecto cor/raça fosse desconsiderado, Bruna estaria nesse grupo que representa a maioria: mulheres e com idade inferior a 30 anos. No entanto, o dado “[...] significativamente diferente das características da população brasileira” apontado no perfil, é a distribuição dos/as profissionais por cor/raça.

⁴³ Entrevista concedida por Bruna Pinheiro no dia 1º de novembro de 2016.

⁴⁴ JACQUES, Mick (coord.). *Perfil do jornalista brasileiro - características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Florianópolis: Insular, 2013, p. 33.

[...] Declararam-se brancos 72,2% dos jornalistas, contra 18,4% de pardos, 5,3% de pretos, 1,5% de amarelos e 0,7% de indígenas. [...] De acordo com o Censo de 2010, os brasileiros que se classificaram como brancos eram 47,7%, enquanto os que se declaravam pardos eram 43,1%, os pretos, 7,6%, os amarelos eram 1,1% e os indígenas, 0,4%. Ou seja: entre os jornalistas, o total de negros (pretos e pardos) é inferior à metade da presença dessa população no Brasil (23,7% na categoria contra 50,7% no país). O dado provavelmente reflete a desigualdade de acesso ao ensino superior no Brasil, em função de cor ou raça, também constatada no Censo 2010.⁴⁵

Para Bruna, essa constatação é evidente.

[...] uma coisa que me chamava um pouco de atenção e o fato de eu, sendo jornalista, e voltando ao que eu falei de ser negra, eu lembrei: é de ver poucos jornalistas negros, assim, na rua. Tive mais entrevistados negros do que colegas negros. E, é ruim, porque quando você vai escrever uma matéria sobre a Consciência Negra ou sobre, sei lá, qualquer outra coisa, não tem como eu escrever da mesma forma que você, sendo branca. Então, dependendo das coberturas das pautas, eu lia uma matéria e falava: “Esse aqui é um jornalista branco, ele escreveu isso aqui sendo branco!”, porque tem coisas que eu vou ver, e você não vai ver. É a mesma coisa do jornalista gay que for escrever, ele vai ter um tipo de visão. Eu queria ter trabalhado, ter convivido com mais colegas negros, que eu não tive [...]. Colegas poucos, chefes nenhum. Não, eu tive uma editora, uma editora negra. Mas eu queria ter visto mais, ver mais negro na rua, e não só sendo um entrevistado, tanto um entrevistado bom, quanto sendo um presidiário, sendo um drogado de 15 anos, que era negro.⁴⁶

Entre as reportagens que Bruna “manchetou” durante sua atuação como repórter no jornal *A Gazeta*, a que ela considera mais marcante como experiência é a história do adolescente que foi acorrentado pela mãe dentro de casa. No primeiro parágrafo da reportagem escrita por Bruna, intitulada “Adolescente vive acorrentado” e publicada na edição do dia 21 e 22 de abril de 2013, ela escreveu:

Rafael*, 15, morador do bairro Vila São João, em Várzea Grande. Ele poderia ser mais um adolescente com sonhos e planos para o futuro. Porém, seus pés acorrentados o impedem de correr atrás disso. As correntes, que colocou, foi sua mãe. O motivo é o vício em drogas que o acompanha há 4 anos. A atitude tomada pela mãe é sinal de desespero, mas é também resultado da falha de todo o sistema. Em dezembro de 2012, uma decisão judicial determinou a internação de Rafael em uma clínica particular de Várzea Grande. Quatro meses depois, e o garoto continua preso dentro de casa para que não use drogas. A família alega nunca ter sido informada da decisão. Enquanto isso, Rafael quer se libertar das correntes e levar uma vida normal como a de garotos de sua idade.

⁴⁵ Ibidem, p. 34-35.

⁴⁶ Entrevista concedida por Bruna Pinheiro no dia 1º de novembro de 2016.

Bruna também queria ter escrito outras histórias com pessoas negras enquanto protagonistas.

Era negro, o menino era negro, a moradora de rua era negra, então, assim, são histórias que me marcaram, mas os personagens eram negros no sentido ruim da palavra, e eu queria ter tido mais histórias boas de negros, assim, pra eu ter contado, e colegas também. Analisando hoje, né, na época eu não percebia, mas, hoje. E a minha sala de jornalismo tinha mais negros, e eu acabei não os vendo, assim, na rua.⁴⁷

Entre as entrevistadas, a única que declarou ser feminista também foi Bruna, a mais nova dentre elas. Não que Íris, Santíssima, Regina e Keka não sejam, mas a palavra não chegou a ser mencionada na conversa. A autodenominação como “feminista” é acompanhada de uma série de rótulos que ainda fazem sentido para muitas mulheres, mesmo que suas trajetórias apontem para uma emancipação em vários aspectos da vida, seja no trabalho ou na esfera pessoal. Sobre o assunto, Joana Maria Pedro escreveu no início do capítulo “O feminismo de segunda onda”, que integra o livro “Nova História das Mulheres no Brasil”.

Você considera que as mulheres são profissionalmente tão capazes quanto os homens? Revolta-se quando alguém é discriminada, sofre violência ou é desqualificada por ser mulher? Acha que as mulheres, assim como os homens, têm direito ao prazer sexual? Se respondeu *sim* a essas questões, então você se identifica com uma importante bandeira do feminismo: a igualdade de direitos para homens e mulheres. Mas você se autodenomina feminista?⁴⁸

Fiz esse questionamento para Bruna com o objetivo de perceber se houve alguma alteração na apuração e sugestão de pauta.

[...] Depois que eu comecei a perceber e assimilar as coisas, você nunca lê uma matéria nem entrevista uma pessoa da mesma forma. Quando você começa ligar os pontos, muda completamente porque é uma visão de mundo. É uma visão de sociedade. Então, não tem como você cobrir, por exemplo, um caso de agressão de uma mulher, sendo feminista, [...] você não mantém uma imparcialidade ali, então, você entende que ela não está dois anos apanhando porque ela quer, ela não saiu de casa porque ela gosta. Você sabe que existem várias situações e muda o jeito de abordar, o jeito de apurar, o jeito de escrever, muda tudo, mudou muito; de brigar pelas pautas, de entrevistar as pessoas, de duvidar do que o entrevistado fala, porque você está achando meio estranho aquilo, muda tudo.⁴⁹

⁴⁷ Entrevista concedida por Bruna Pinheiro no dia 1º de novembro de 2016.

⁴⁸ PEDRO, Joana Maria. O feminismo de segunda onda. In: *Nova História das Mulheres no Brasil*. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). São Paulo: Contexto, 2012, p. 238.

⁴⁹ Entrevista concedida por Bruna Pinheiro no dia 1º de novembro de 2016.

Mais uma vez, a subjetividade da repórter fica evidente na construção do texto jornalístico. O questionamento dos fatos, das relações de subordinação e representações patriarcais no cotidiano é notada também no contexto profissional. A fala de Bruna remete ao cenário emergente de reflexão e pesquisa, externado por Maria João Silveirinha, que busca compreender os meios de comunicação no processo de interação entre o/a jornalista e o/a leitora/a e consumidor/a. Para ela, essa interação “[...] já não pode ser entendida em termos de uma relação entre dominador e dominado, dado que os consumidores são, eles próprios, os produtores de significado”.⁵⁰

Ir para a rua apurar as pautas e buscar informações pessoalmente, e não por telefone ou e-mail, era a parte favorita de Bruna durante o período que atuou como repórter. A observação dos fatos feita de maneira crítica e lúcida influenciava também na proposição de pautas e abordagens das notícias e reportagens de sua autoria. Ela lembrou uma ocasião, em especial, que a angulação da notícia foi alterada, a partir de sua percepção sobre o tema.

[...] Quando foi aprovada a Lei do Feminicídio: “Ah, agora, toda agressão vai ser feminicídio”. A linha era essa que eles queriam dar. Eu quis dar, mas no sentido de que aquilo era uma vitória do movimento feminista, a aprovação da lei. Não é porque agora os homens estão entendendo que se eles baterem eles vão ser presos mesmo, é uma vitória de um movimento que está aí há anos e agora conseguiu uma coisa básica, que também a gente não tem que comemorar nada. Mudou a linha nesse sentido, porque a pauta era outra. Eu consegui mudar, tendo essa visão feminista.⁵¹

Para Cremilda Medina, toda

[...] matéria jornalística parte de uma pauta que pode ser intencional, procurada ou ocasional (acontecimento totalmente imprevisto) e essa pauta tem em si a primeira força do processo, que pode ser chamada de *angulação*. Na angulação encontramos, de imediato, relações muito estreitas dos três níveis gerais de comunicação numa sociedade urbana em industrialização ou pós-industrializada: o nível-massa, o grupal e o pessoal.⁵²

O exemplo relatado por Bruna pode ser explicado da seguinte maneira: o componente grupal seria o enfoque determinado pelo jornal, enquanto grupo econômico, na definição do assunto, naquele caso, sobre o feminicídio. Ao se posicionar sobre o assunto, ela propõe outra tendência de abordagem, a partir da perspectiva feminista, no entanto, sem contrariar

⁵⁰ SILVEIRINHA, Maria João. *O discurso feminista e os estudos dos media*: em busca da ligação necessária. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1997, p. 5.

⁵¹ Entrevista concedida por Bruna Pinheiro no dia 1º de novembro de 2016.

⁵² MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda*: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2. Ed. São Paulo: Summus, 1988, p. 72.

a política jornalística do veículo de comunicação. “[...] A angulação-massa está, pois, nas aparências externas – formas de diagramação atraente, valorização de certos ângulos e cortes fotográficos, apelos linguísticos como título e narração dos fatos. Está também nos conteúdos e no processo de captação desses, extraídos de uma realidade”⁵³, explica Medina.

Para Manoel Chaparro, não se deve confundir veracidade com objetividade, já que o segundo aspecto é incompatível com a linguagem jornalística porque ela atribui “[...] valor às coisas que narra”. Sobre o tema, compartilho da definição feita por ele: “No jornalismo, a objetividade simplesmente não existe. Porque a observação e o relato estão no espaço estético da interpretação individual, sob a perspectiva escolhida pelo sujeito narrador. Não há como ser objetivo no exercício criativo de escolher ângulos, enfoques e relevâncias”.⁵⁴

Considerações

Esta pesquisa foi realizada com a intenção de promover um diálogo entre os estudos de gênero, a história por meio da imprensa⁵⁵ e a história oral. Fazer questionamentos a quem cria o conteúdo publicado em jornais de circulação estadual, como o *Diário de Cuiabá* e *A Gazeta*, e para quem atua em assessorias é, para mim, uma perspectiva de atuação crítica porque torna visível as questões de gênero no âmbito profissional. Perceber que as minhas questões foram consideradas durante as entrevistas e revelaram alguns aspectos no processo de produção dos discursos jornalísticos é gratificante. A tomada de consciência das desigualdades de gênero no jornalismo ainda é pouco discutida, seja no dia a dia ou no âmbito acadêmico, com exceções, obviamente, a exemplo do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Gênero coordenado pelas professoras Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha da UEPG, desde 2012. Cito, ainda, as pesquisas realizadas por Maria João Silveirinha, uma delas compartilhada anteriormente. Outra iniciativa foi colocada em prática pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e a organização Gênero e Número, em 2017, com a realização de uma pesquisa⁵⁶ inédita no Brasil, que visava investigar os desafios enfrentados pelas mulheres no exercício da profissão jornalística.

⁵³ MEDINA, Cremilda. Op. cit, p. 75.

⁵⁴ CHAPARRO, Manuel. *Pragmática do jornalismo*: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. 3. Ed. São Paulo: Summus, 2007, p. 12-13.

⁵⁵ Para a historiadora Tania Regina de Luca, a história **por meio da** imprensa é feita quando os jornais e revistas são utilizados como fonte de informação histórica e tornam-se objetos de pesquisa. Ela se difere da história da imprensa porque não se destina unicamente a descrever as características do jornal ou revista. Ver mais em: LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, Carla (Org). *Fontes Históricas*. 2. Ed., São Paulo: Contexto, 2010.

⁵⁶ É possível consultar o material completo no site: <http://mulheresnojornalismo.org.br/>

Ao relacionar os aspectos das entrevistas com o contexto local e nacional ficou evidente a existência de uma “singularidade” na profissionalização do jornalismo em Mato Grosso, especificamente no da capital, Cuiabá. É possível perceber a reconfiguração do fazer jornalístico mato-grossense em três décadas: a de 1970, com a mudança na legislação e criação da associação profissional, inaugurando o sindicalismo feito por comunicadores, em Mato Grosso, além do surgimento do jornal *Diário de Cuiabá* e sua tertúlia, composta por homens e mulheres, autodidatas e diplomados/as. As trocas de experiências com jornalistas correspondentes também devem ser destacadas porque permitem conhecer diferentes formas de narrar histórias, outros pontos de vista. Em 1980, percebe-se a mudança mais significativa no mercado de trabalho com a chegada de profissionais graduados/as em busca do primeiro emprego no jornalismo de Cuiabá. As relações de poder no âmbito sindical são externadas pelas entrevistadas que participaram da primeira gestão majoritariamente feminina e com graduados/as, desde a criação da associação, em 1969. No entanto, é na década de 1990 que acontecem as mudanças mais impactantes no jornalismo mato-grossense com a criação do curso de Comunicação Social na UFMT e o surgimento de jornais com redações informatizadas, a exemplo da *Folha do Estado* e *A Gazeta*. Cabe ressaltar também as mudanças em relação ao trabalho exercido atualmente, especialmente a “flexibilização” e consequente precarização das condições de atuação dos/as profissionais.

Em seu autorretrato falado, o poeta Manoel de Barros disse que vinha de “[...] um Cuiabá de garimpos e ruas entortadas”. Caminhando por essas ruas, especialmente as do Centro, descobri que Cuiabá também era protagonista nesta tese. É por conta dela que o jornalismo mato-grossense se tornou singular. Sua localização, no centro da América do Sul, pode até ter dificultado as chegadas e partidas, mas é na capital que todas as histórias compartilhadas se conectam. Aqui, as mulheres se inseriram na profissão – por escolha ou “coincidência” – e ocuparam as redações em cargos de chefia, na reportagem, nas entidades representativas, e na UFMT, como alunas e professoras. Os “devires” de Íris, Santíssima, Regina, Keka e Bruna são inspiradores e demonstram as possibilidades de atuação no jornalismo, e fora dele. As experiências se encontram nesta pesquisa e são muito mais do que apenas espumas no oceano, elas formam uma onda gigante, arrebatadora, construída com memórias de vida e trabalho de quem não se cansa do jornalismo, apesar de considerar “a melhor profissão do mundo” uma cilada, em alguns momentos.

Recebido em 28 de junho de 2021
Aceito em 01 de setembro de 2021